Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Colaborou Michel Medeiros

Acabou a paciência

Os atos terroristas de domingo fizeram com que os defensores da retirada imediata dos bolsonaristas das portas dos quartéis ganhassem a batalha dentro do governo e no Congresso. José Múcio, agora, tem menos de uma semana para esvaziar tudo. "Se o Exército não retirar da sua porta as pessoas que incitam ou participam desses atos terroristas, passará a ideia de conivência com a baderna", diz o presidente em exercício do Senado, Veneziano Vital do Rego (MDB-PB).

Deixe seu recado após o sinal

Veneziano contou à coluna que, por volta de 8h da manhã de ontem, recebeu um telefonema da segurança do Senado preocupado com a possível invasão do Congresso. "Liguei para o Ibaneis e não consegui falar. Quem me atendeu foi Gustavo Rocha, que me disse que eu não precisava me preocupar, porque seria uma manifestação pacífica, de pequeno porte, no máximo, 400 pessoas", afirma.

Controle de quem?

O presidente em exercício do Senado ainda argumentou: "Mas, estão falando em 100 ônibus. E Gustavo Rocha, então, me disse. Não se preocupe que está tudo sob controle". Agora, depois do terror nos palácios, Veneziano, que é do mesmo partido de Ibaneis, não tem dúvidas: "Houve uma omissão sem precedentes. Não tem cabimento. É imperdoável".

E o Planalto, hein?

O Gabinete de Segurança Institucional, que deveria proteger o Planalto, vai passar por um pente fino. Todo serviço de inteligência falhou e nada explica o fato de manifestantes depredarem o prédio e a segurança deixar correr solto, sem sequer um tiro de advertência. Até armas foram roubadas.

Joio & trigo

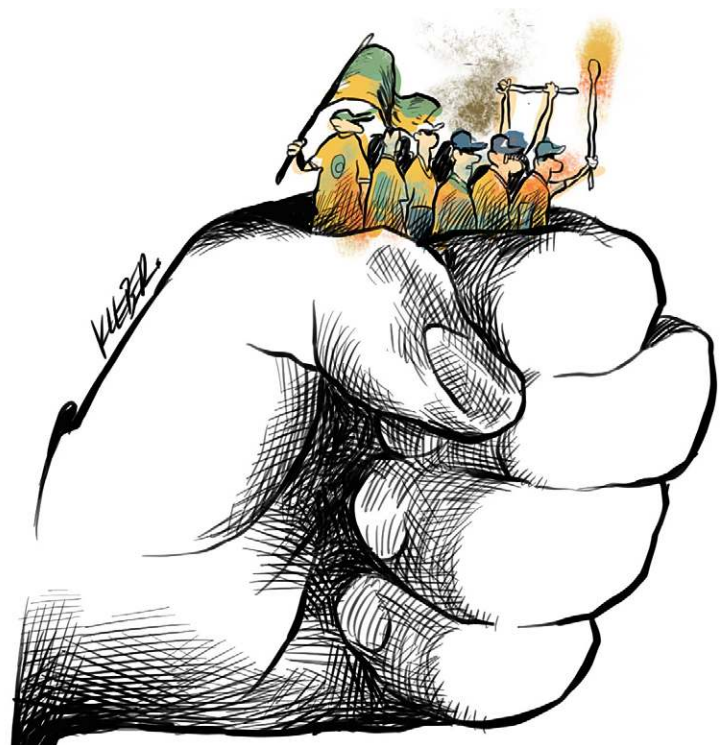
A PM do DF também vai passar por uma investigação para saber quem foi conivente. Mas nem todos os policiais de serviço no fim de semana podem ser acusados. Muitos saíram feridos, tentando proteger o patrimônio público.

STF concordou com intervenção no DF

Antes de decretar a intervenção federal no DF, o presidente Lula cogitou uma ação via Parlamento, mas, consultados por Lula, ministros do Supremo Tribunal Federal consideraram que o mais rápido para garantir a proteção do patrimônio e a apuração dos atos terroristas de Domingo era a intervenção. Afinal, os petistas pediram ao governador Ibaneis Rocha, em dezembro, que desistisse da nomeação de Anderson Torres para a Secretaria de Segurança Pública. Ibaneis considerou uma interferência indevida na sua gestão.

Agora, diante da depredação geral dos principais prédios da Esplanada, e do blecaute nas forças de segurança em todos os níveis, a confiança entre Lula e Ibaneis está quebrada e difícil de ser reconstruída.

Em tempo: Embora Ibaneis tenha sido afastado pelo ministro Alexandre de Moraes e ainda tenha pela frente um processo de impeachment, Lula não se envolverá nesse assunto. Depois do pedido público de desculpas, Lula, em princípio, prefere restabelecer a relação com quem estiver no comando do DF.



CURTIDAS

Tchau, férias!/No início da noite de ontem, Ibaneis Rocha já havia decidido a cancelar o período de descanso. Agora, afastado pelo ministro Alexandre de Moraes, vai se dedicar a tentar salvar o próprio mandato.

> **O que se viu foi o resultado da tolerância com o extremismo."**
>
> ***Do ex-ministro da Secretaria de Governo general Santos Cruz***

Frágil Brasil/ Não foi apenas Santos Cruz que se manifestou sobre a tolerância com o extremismo. Em seu Twitter, o ex-governador de São Paulo João Doria foi direto: "Inaceitáveis os atos terroristas em Brasília(…) Ruptura patrocinada e financiada por extremistas bolsonaristas. São criminosos. A desordem expõe o Brasil e sua fragilidade institucional".

Enquanto isso, no Itamaraty…/O ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, passou a tarde ao telefone, em contato com chanceleres de vários países mundo afora. O terror será pauta, inclusive, da reunião da Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos (Celac), no fim do mês, na Argentina. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também está se mobilizando.



"Identificamos os financiadores"

Ministro da Justiça afirmou que "criminoso será tratado como criminoso" e que pasta atua para restabelecer a ordem pública

» LUANA PATRIOLINO

Reprodução/internet



Ao lado de Antônio Padilha, Dino (D) diz que ordem é prender terroristas e aponta responsabilidade do GDF

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou que identificou os responsáveis por financiar os atos terroristas em Brasília, na tarde de ontem. O chefe da pasta disse que os golpistas "não conseguirão destruir a democracia brasileira" e que "criminosos serão tratados como criminosos". O pronunciamento aconteceu horas após os apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) invadirem e destruírem as sedes dos três poderes.

"Quase 200 pessoas foram presas e mais prisões em flagrante acontecerão. Nós não temos o balanço final sobre prisões em flagrante porque continuaram a ser feitas. Quarenta ônibus foram apreendidos; identificamos os financiadores de tais ônibus. Temos alguns atos com novos pedidos de prisão em face da gravidade", afirmou, em coletiva de imprensa.

Segundo o ministro, a pasta vai atuar a partir de quatro prioridades: restabelecer a ordem pública; prender em flagrante os envolvidos; apreender ônibus; e identificar todos os financiadores. Até o último balanço divulgado pelas autoridades, mais de 300 pessoas foram presas. Dino também apontou a responsabilidade do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), diante do caso.

Dino relatou que questionou o chefe do Executivo local antes dos atos violentos e que teria sido informado de que a situação estaria "sob controle". "Ontem por volta de 23h, eu li, para a minha surpresa, que tinha uma mudança de orientação. Questionei, hoje de manhã novamente, por escrito: 'Olha isso não me parece correto'. Resposta que estava tudo tranquilo e sob controle. Não tenho autoridade sobre o aparato de segurança do DF. Info que me foi dada hoje 8h40: 'estava tudo sob controle.

"Era possível manter esse trânsito de pessoas'. Alertei seguidamente. Nós fizemos esse alerta. O que podíamos fazer foi quando houve início dos atos de violência, imediatamente, liguei ao presidente e sugeri a medida da intervenção", contou.

Dino foi além e disse, ainda, que Ibaneis assumiu sua culpa na condução da segurança. "O governador Ibaneis, com toda certeza, ao efetuar um pedido de desculpas públicas ao chefe dos poderes da União, está reconhecendo que algo deu errado nesse planejamento. E quero crer que o senhor governador vai apurar as responsabilidades em relação àqueles que não cumpriram seus deveres constitucionais", afirmou o ministro da Justiça.

Diante do caso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decretou intervenção federal na segurança pública até 31 de janeiro para recuperar a estabilidade da cidade. Dino destacou o cargo de interventor Ricardo Garcia Cappelli, secretário-executivo do órgão. "Não conseguirão destruir a democracia brasileira. É preciso dizer isso cabalmente com toda firmeza e convicção", enfatizou. "Não vamos aceitar o caminho do criminoso. Criminoso é tratado como criminoso", disse.

Vídeos que circularam pelas redes sociais mostraram policiais militares escoltando os manifestantes até a Praça dos Três Poderes, facilitando a entrada dos extremistas no local e até mesmo tomando água de coco durante a destruição do local.

Pacheco convoca o Congresso

Os presidentes das Casas Legislativas reagiram ao ataque terrorista perpetrado por apoiadores de Jair Bolsonaro às sedes dos Três Poderes, em Brasília. Ambos estavam fora de Brasília e retornaram ontem mesmo à capital. O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que preside tanto o Senado quanto o Congresso, convocou extraordinariamente, "sem pagamento de ajuda de custo", os parlamentares para votar, ainda hoje, o decreto de intervenção federal na Segurança Pública do DF, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador estava de férias na França, e deve chegar a Brasília na noite de hoje. A sessão está marcada para às 10h, mas o local não foi definido porque o Congresso foi depredado pelos terroristas e não está em condições de receber os parlamentares. O recesso legislativo dura até 1º de fevereiro, mas um grupo de deputados e senadores integra uma comissão para casos emergenciais.

Durante o dia, Pacheco enviou mensagem aos senadores pedindo união contra o ataque dos radicais bolsonaristas. "Peço a todos que, independentemente de posições ideológicas e políticas, manifestem-se repudiando veementemente esse episódio que afronta o Poder Legislativo, ao qual todos pertencemos", escreveu o presidente do Senado.

Uma reunião de líderes do Senado foi convocada pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que ocupa a vice-presidência da Casa e atua como presidente em exercício na ausência de Pacheco. "Os episódios verificados hoje (ontem) com as invasões dos locais que sediam os Poderes da República refletem da forma mais definida o espírito terrorista com o qual agem os derrotados democraticamente no voto. Além de explicitar a participação deliberada do governo do DF em não conter essa depredação generalizada e inadmissível", afirmou o senador.

Lira: "baderna"

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estava em Alagoas e também voltou a Brasília após o ataque. Durante o dia, ele articulou com parlamentares e defendeu a ideia de uma reunião entre os membros dos três Poderes, além da reunião do Congresso Nacional em caráter extraordinário. "Neste encontro, claro, poderemos discutir, na mais absoluta amplitude possível, todas as medidas necessárias para fortalecer nossas instituições", afirmou Lira.

Homem-forte de Jair Bolsonaro durante seu mandato, Lira repudiou veementemente os atos terroristas de ontem. Segundo o presidente da Câmara, o Legislativo nunca negou a liberdade de manifestação pacífica, mas não "baderna" e "vandalismo". "Os responsáveis que promoveram e acobertaram esse ataque à democracia brasileira e aos seus principais símbolos devem ser identificados e punidos na forma da lei", declarou.